

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

RAQUEL SOUZA DOS SANTOS

**PSICOLOGIA CLÍNICA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: Interferências do
racismo discutidas em produções científicas**

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

RAQUEL SOUZA DOS SANTOS

PSICOLOGIA CLÍNICA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: Interferências do racismo discutidas em produções científicas

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientadora: Prof. Me. Moema Alves Macedo

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

RAQUEL SOUZA DOS SANTOS

PSICOLOGIA CLÍNICA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: Interferências do racismo discutidas em produções científicas

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 28/06/2023

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Me. Moema Alves Macedo

Membra: Prof. Esp. Francyyelly da Silva Félix

Membro: Esp. Francisca Janiele Felipe Feitosa

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2023

PSICOLOGIA CLÍNICA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: Interferências do racismo discutidas em produções científicas

Raquel Souza dos Santos¹

Moema Alves Macedo²

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar como as produções científicas abarcam o racismo enquanto sofrimento ético-político na atuação clínica em psicologia. A população negra no Brasil vivencia um processo de violação de seus corpos desde a escravidão, e na contemporaneidade, a relação colonial encontra outras configurações para manter o seu objetivo desde o início, o aniquilamento da negritude. Os resultados desse processo são a geração de adoecimentos, angústia, sofrimento psíquico e ético-político. Nota-se que a psicologia apresenta uma falta referente às especificidades das subjetividades negras, em que acaba por seguir as ordens da manutenção da lógica colonial. Para analisar os pontos em discussão, foi feita uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória, tendo como método a revisão bibliográfica. Resultando na escolha de 8 artigos que foram examinados de acordo com o que mais apareceu em comum nos estudos, os quais foram agrupados em duas categorias: (1) racismo e sofrimento ético-político, (2) os atravessamentos do racismo na clínica psicológica: sofrimento ético-político. Observou-se que os corpos negros são atravessados pela violência racial que provoca angústia, adoecimento, trauma e sofrimento psíquico e ético-político. Por não terem como referência a negritude em suas práticas, métodos e teoria, a psicologia e a clínica psicológica ainda não consegue acolher os corpos negros, promover saúde mental e intervir no sofrimento ético-político. A psicologia tem uma atuação limitada relacionada à negritude, e por isso, acaba se unindo às políticas do Estado e colaboram para produção do sofrimento e da matabilidade, necessitando de práticas anticoloniais e antirracistas que tomem como referência a subjetividade negra.

Palavras-chave: Psicologia clínica; racismo; sofrimento ético-político; negritude.

ABSTRACT

This research aims to analyze how scientific productions address racism as ethical-political suffering in clinical psychology. The black population in Brazil has experienced a process of violation of their bodies since slavery, and in contemporary times, the colonial relationship finds other configurations to maintain its objective from the beginning, the annihilation of blackness. The results of this process are the generation of illnesses, anguish, psychic and ethical-political suffering. It can be seen that psychology has a lack regarding the specificities of black subjectivities, in which it ends up following the order of the maintenance of colonial logic. To analyze the points under discussion, a qualitative research of exploratory type was carried out, using as method the bibliographic review. The result was the choice of 8 articles that were examined according to what most appeared in common in the studies, which were grouped into two categories: (1) racism and ethical-political suffering, (2) the crossings of

¹ Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: raquels746746@gmail.com

² Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: moema@leaosampaio.edu.br

racism in the psychological clinic: ethical-political suffering. It was observed that black bodies are crossed by racial violence that causes anguish, sickness, trauma, and psychic and ethical-political suffering. By not having blackness as a reference in their practices, methods, and theory, psychology and psychological clinics are still unable to welcome black bodies, promote mental health, and intervene in ethical-political suffering. Psychology has an actuation.

Keywords: Clinical Psychology; racism; ethical-political suffering; blackness.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto de inquietações, questionamentos, angústias e conflitos carregados ao longo da graduação acerca da clínica psicológica voltada às populações étnico-raciais. Disparidades são reveladas entre corpos negros e brancos, em que a interseccionalidade entre gênero, raça e classe, traz o mapeamento dos cidadãos que compõem o país e de outros corpos que são alvos do Estado.

Os dados apontam que negros compõem mais de 54% da população, então, como ataca Lélia Gonzalez “minoría a gente não é, tá?” (RIOS; RATTIS, 2010, p. 72; VEIGA, 2019); enquanto uma maioria silenciada, os lugares ocupados pelos negros são superiores em relação aos brancos, apenas quando se traça o perfil de carcerário, homicídios, analfabetismo, desemprego, suicídio, nutricional, entre outras formas de violência e vulnerabilidade social.

Mais do que uma profunda desigualdade, os dados revelam uma zona de guerra que ocorre de forma permissiva, cotidianamente, e se reatualiza para cumprir o seu objetivo, exterminar a negritude. A pátria amada Brasil se mantém como uma república colonial, imperialista, patriarcal, autoritária e patrimonialista, um país de todos, exceto de alguns, que empurra com todas as forças para o campo do esquecimento cicatrizes não curadas de um passado assombroso.

Como mulher negra, eu compartilho a vivência do peso trazido por essa dolorosa realidade. Estar em uma Instituição de Ensino Superior, muitas vezes é se perceber sozinha e diante de feridas não curadas que insistem em sangrar cada vez mais, e o remédio aparenta ser em não tocá-las. A universidade é um espaço em que se pensa, produz e intervém branco. É a lógica colonial em sua excelência trabalhando para manter-se em seu funcionamento pleno, silenciando, violentando e dominando corpos negros.

Ser uma aluna negra, bolsista 100%, num espaço majoritariamente branco, foi um processo marcado por conflitos e pela solidão, principalmente na produção e no compartilhamento de saberes, tanto pelos meus companheiros de turma quanto dos professores. Pensar negro nas temáticas discutidas em sala era interpretado como algo

“pessoal” e “específico” que não estava de acordo com o trabalho e fugia da proposta do tema.

Das tentativas frustradas em ser pesquisadora em que se deixava implícito a sugestão de mudar o foco e o tema da pesquisa, “ser mais geral”, e não de ofertar outras possibilidades para seguir adiante e preencher as lacunas do conhecimento. Ora, se há uma carência de produção, não é por aí que se deve começar? A psicologia se mostra fundamentada por estruturas racistas que segue a lógica colonial e traz pouco ou quase nada de referências e práticas voltadas à subjetividade negra.

Surge os primeiros questionamentos, diante dessa realidade gritante em que o corpo negro é apartado da vida, da história, da sociedade e de si, (sobre)vivendo num constante estado de tensão, angústia e sofrimento geradas pelas lutas contra as várias tentativas de aniquilamento do seu ser: o que a psicologia tem haver com isso e quais são as discussões e práticas trazidas por ela? O pensar sobre isso era colocado como uma linha de atuação da psicologia social.

A aproximação com a negritude e interesse pela temática se deu no início da graduação na disciplina de políticas públicas, ministrada pela primeira e única professora negra do curso de psicologia, em que a emoção tomada se tornou motivo de busca de entendimento e da minha própria construção de identidade negra. Mas, foi em um grupo de estudos sobre negritude, que me instigou e resultou nesta produção, que ainda não se finaliza aqui.

Foi compartilhado a experiência de psicoterapia com uma psicóloga branca em que após meses e meses de processo ainda não havia sido tocado em raça e em experiências em torno dela, permanecendo a sensação de não ser compreendida e não ser pertencente àquele espaço. Provoquei o grupo: sempre vai haver essa pedra no meio do caminho? Qual o preparo que a clínica tem para acolher o corpo negro e quais os limites e potencialidades de atuação?

Se a subjetividade de pessoas negras não é abarcada na universidade, pressupõe-se que as psicólogas formadas realizem práticas que podem não chegar a esse público, principalmente quando se adentra nas práticas clínicas. Diante disso, urge a problemática: que interferências do racismo enquanto sofrimento ético-político são discutidas em produções científicas disponibilizadas em bancos de dados científicos relacionadas a atuação clínica em psicologia?

Pretende-se como objetivo geral do trabalho, analisar como as produções científicas abarcam o racismo enquanto sofrimento ético-político na atuação clínica em psicologia. Como objetivos específicos, busca-se compreender como o racismo se manifesta no processo terapêutico; identificar possíveis lugares dados às experiências de racismo na clínica psicológica; e mapear apresentações clínicas de sofrimento ético-político ligado ao racismo.

Escrever é sangrar, como pontua Conceição Evaristo (2015), e as várias páginas deste artigo carregam essa função, trazem expressões de dor, cansaço e a luta por visibilidade, é o escapamento de um grito que busca romper o silenciamento imposto por um sistema que esmaga. A forma de ir ao encontro da vida é como anuncia Mombaça (2017) “o mundo, que é meu trauma, não para nunca de fazer o seu trabalho, então ser maior do que o mundo é meu contratrabalho” (p.24).

2. DA ESCRAVIZAÇÃO AS AMARRAS INVISÍVEIS QUE MANTÊM VIVA A RELAÇÃO COLONIAL: SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Os colonizadores europeus, tiveram a audácia de se autodeclararem norma de humanidade, em que saíram de seus lugares de origem para disseminar no mundo a civilização a outras culturas que divergiam de seus modos de vida (MUNANGA, 2015; SCHWARCZ, 2019). Em nome de Deus, da cidadania, do humano, belo, puro e sublime, indígenas foram assassinados, mulheres estupradas e africanos arrancados de sua terra-mãe e comercializados como escravos, a salvação divina se não veio pela cor, teria de ser pela exploração dos corpos (MUNANGA, 2015).

A atitude desse ato irracional se deu pela criação da raça no qual fundamentava a vida na hierarquização entre humanos e não humanos (MUNANGA, 2015). Segundo Quijano (2005), tal processo se deu pelas diferenças observadas entre os colonos europeus e os povos colonizados, em que se buscava um elemento que pudesse legitimar as relações de dominação sob esses. Os colonos europeus representam a superioridade, por se colocarem mais à frente na cadeia evolutiva em comparação a outros povos em que as distâncias culturais revelavam a condição natural primitiva e de inferioridade dos explorados.

A singularidade de povos não brancos, foram retiradas e dispostas em categorias que uniram cor, traços e fenótipos. Com isso, os colonos passaram a chamar a si mesmos de brancos e classificaram os negros de negros, bem como o fizeram a outros grupos, estabelecendo funções sociais a cada um deles. Assim, foi difundido no mundo um novo padrão de poder concentrada nas mãos europeias, a colonialidade (QUIJANO, 2005). Resultante desse processo, tem-se o racismo como uma forma sistemática que usa a raça como fundamento de discriminação, que dá privilégios a uns e desvantagens a outros (ALMEIDA, 2018).

O modelo ideológico do humano, foi disposto a homens, brancos, cis, europeus, no qual por direito concentra o poder, riquezas e tem a responsabilidade de fazer e produzir cultura,

história e conhecimento; nomeamos essa atribuição forjada de branquitude (QUIJANO, 2005; MUNANGA, 2015; SANTOS, 2021). Contrapostos a esses, a pele pigmentada do negro revelava toda a corrupção e maldição, era um corpo visivelmente marcado, manchado e despossuído de humanidade, como denunciava Fanon (2008, p. 110), "eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça." (MUNANGA, 2015).

Segundo Kilomba (2019), o negro foi categorizado pelos colonos europeus como um objeto ruim que representa uma fonte de ameaça e perigo, no qual se deveria dominar e evitar o contato, pois sua cor, fisionomia, cabelos, lábios, denunciavam o que eram, o que não eram e o que jamais poderiam ser. Inicialmente uma guerra foi travada contra os negros, perseguido pelo olhar outro, de tal forma que o seu próprio corpo se torna um campo de batalha, a guerra deixa de contra aos seus inimigos e volta-se ao seu próprio eu (FANON, 2008; MUNANGA, 2015).

Souza (1983), pontua que a imposição da branquitude é internalizada pelo sujeito negro como o ideal de ego branco, na tentativa de recuperar e participar da dita humanidade. O negro toma as referências dos colonizadores como se fossem as suas próprias, cria aversão pelos atributos que o identificam como negro e passa a repudiar e afastar-se de sua origem, sua história e seus traços em busca de ser aceito enquanto pessoa. Tal atitude é uma das formas de proteger a sua integridade ao perceber o seu corpo como fonte de ódio e desprezo e posiciona-se numa relação de imagem e semelhança com o branco como se compartilhasse do mesmo mundo, o negro, "não podendo mais enegrecer o mundo, ele vai tentar embranquecê-lo no seu corpo e no seu pensamento" (FANON, 2008, p. 56).

A construção da subjetividade negra é um processo marcado por sofrimento psíquico, adoecimento, angústia e inferioridade devido a constante violência racial provocada pela colonização que traz uma fissura em seu eu (DEVULSKY, 2021; SOUZA, 1983). Desde a infância, pessoas negras são marcadas pelo trauma da exposição contínua do racismo que informa que a sociedade funciona por um código racial que identifica e atribui características específicas a pessoas negras e brancas (DEVULSKY, 2021).

Trazendo para a realidade do território brasileiro, esse processo torna-se ainda mais singular. Criado numa combinação perfeita do colonialismo com o patriarcado, capitalismo, autoritarismo, imperialismo, corrupção e patrimonialismo, que atravessa a subjetivação de todos povos, impondo assimetrias sociais, naturalização de desigualdades e modos de ser e existir no mundo (FANON, 2008; KILOMBA, 2019; SCHWARCZ, 2019; MATTAR, 2020). Sendo conhecido mundo afora como o exemplo do país que superou o racismo pela

miscigenação, que reuniu todos num só, o povo brasileiro (SCHWARCZ, 2019; MATTAR, 2020).

No entanto, nosso país não passa ainda de uma mera colônia que se utiliza do racismo para violar vidas negras e expô-los a contínua violência, vulnerabilidade e subalternidade. Longe de uma harmonia e democracia racial, somos um país racista e preconceituoso que diz de todas as formas que o corpo negro não é tolerado, ao mesmo tempo em que se nega tal ação, gerando na negritude a produção do sofrimento ético-político marcado pelo fardo da raça. (PEREIRA; PASSOS, 2019). Sawaia (1999) pontua que esse tipo de sofrimento vai além do sujeito, ele é delineado na historicidade, construído pelas intersubjetividades, sendo o resultado da operação das injustiças sociais.

Segundo Sawaia (1999), o sofrimento ético-político é o retrato cotidiano das relações de dominação, que insiste em impor ao outro a condição de inferioridade, inutilidade e incapacidade, sendo negado a apropriação das produções materiais, culturais e sociais. O sujeito em sofrimento ético-político vive numa forma de ser passiva e não tem poder de ação sob o mundo, pois é empurrado para um não-lugar que o diz que ele não é pertencente ao corpo social. Submissos, silenciados, excluídos, sem autonomia, são meros objetos que servem a lógica da servidão e vivem como quase pessoas (BERTINI, 2014).[1]

Vale ressaltar, que o Brasil foi o país que mais recebeu pessoas negras em condição de escravidão e o último a abolir a escravatura, um ato movido não pela generosidade ou reconhecimento das atrocidades feitas, mas pelo vislumbre de se ter mais lucro (MUNANGA, 2015; KILOMBA, 2019). Sem nenhum tipo de reparação histórica, que de fato integrasse os negros na participação da democracia, estes foram afastados do corpo social cada vez mais, física e simbolicamente, apenas trocando as correntes de aço, por amarras invisíveis que mantem viva a relação colonial (KILOMBA, 2019; MATTAR, 2020; SANTOS, 2021).

Os corpos negros foram empurrados para as zonas periféricas distantes do centro em que o Brasil acontecia, outros assuntos que atrasavam o desenvolvimento do país foram resolvidos por mitos como forma de apagar, silenciar e negar a infeliz realidade (MUNANGA, 2015; KILOMBA, 2019; MATTAR, 2020; SANTOS, 2021). A população negra foi submetida a trabalhos degradantes e a condições de vida precárias presentes até os dias atuais, e distante de haver uma mudança desse contexto (SANTOS, 2021), pois como revela Carneiro (2011), a desigualdade aqui é tão intensa que se analisasse o IDH (Índice de Desenvolvimento) separadamente de pessoas brancas e negras, teríamos a revelação da existência de dois Brasis totalmente apartados, um mais próximo aos países desenvolvidos e o outro mais próximos aos de guerra.

No Brasil, o passaporte é a cor, é ela que chega em primeiro lugar e fundamenta a posição na sociedade (CARVALHO; MISSIATO 2021). O preconceito que expressamos é o de marca que provoca aversão a características negróides, a exemplo do cabelo crespo, nariz largo e a boca grossa (DEVULSKY, 2021). Outro ponto singular do nosso território é o preconceito do preconceito, em que se é proibido falar de raça e racismo, por serem considerados assuntos do passado. O Brasil é um país racista, mas sem racistas. É sentido a ameaça do racismo, mas não é localizado ou apontado, e quando o é, trata-se de uma atitude individual de ordem privada que nada tem relação com o todo (SCHWARCZ, 2013).

Almeida (2018) pontua que essa atitude é sustentada pelo discurso da meritocracia, já que libertos e em convívio igualitário com os brancos, como quase pessoas, a condição do negro é fruto de sua própria (in)competência, em que ele e somente ele é o responsável. Se prega liberdade, mas é submissão, silenciamento e servidão a lógica de injustiças. O sofrimento ético-político aprisiona os sujeitos em si mesmo, pois é uma luta contra uma sociedade que o esmaga e que insiste em rebaixar a sua potência de vida e os nega a possibilidade de superar sua condição e participar do corpo social; e pior ainda, coloca as barreiras vivenciadas como inexistentes, assim, não há como combater um problema que não é considerado real (SAWAIA, 1999; BERTINI, 2014).

É apontado por Damasceno (2018), que mais de 54% da população é negra, porém só estão em maioria em relação a população branca nos números de assassinatos, transtornos mentais; uso abusivo de álcool e outras drogas; péssimas condições de saúde e de saneamento básico; menores renda; exposições a trabalhos degradantes e informais; pobreza; suicídio e analfabetismo, entre outros. Assim, o Brasil se revela como um país antinegro no qual o Estado se utiliza do racismo para controlar, exterminar e aprisionar a negritude (VEIGA, 2019; MATTAR, 2020).

O país em que vivemos só colabora para a produção do sofrimento ético-político, gerando sentimentos de tristeza, inferioridade, impotência, humilhação, raiva, angústia, ansiedade, adoecimento, vergonha e culpa (BERTINI, 2014). Ir contra esse sistema e lutar pela própria vida e por condições para além da sobrevivência e reintegração do nosso poder é pago pelo dilaceramento da saúde mental (PEREIRA; PASSOS, 2019). A lógica colonial se mantém viva e pulsante, funcionando pela necropolítica e necropoder, no qual o Estado cumpre sua ação assassina, como pontua Carneiro (2011), “a negritude se acha inscrito no signo da morte no Brasil” (p. 92), e os efeitos psicológicos e sofrimentos gerados ainda são poucos discutidos (DAMASCENO, 2018).

Corpos negros são aqueles que possuem o passaporte de serem violados, mortos e oprimidos. São alvos de um sistema que opera pela matabilidade (PEREIRA; PASSOS, 2019). São aqueles que ninguém dá por falta quando somem; que podem ser mortos sem que se derrube uma lágrima ou chorem sob seus corpos; podem perder suas vidas pela confusão de um guarda-chuva com uma arma; ou ter seu fim pelo engano resultante em 111 tiros dados por policiais. De forma explícita, nosso país se encontra como um Estado que produz na população negra vivências de sofrimento ético-político, necessitando de uma compreensão de como essa problemática é abordada na clínica psicológica, como veremos a seguir.

3. TRILHAS DA ATUAÇÃO EM PSICOLOGIA NO BRASIL: E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO DO RACISMO?

Um marco importante do desenvolvimento da psicologia foi a sua regulamentação em 1962, regida pela Lei n. 4.119/1962, cujo período histórico é marcado pelo assombramento do regime militar. Atreladas às práticas da ditadura, como oportunidade de crescimento, a psicologia atuou segregando, excluindo, exterminando, patologizando, estigmatizando, trancafiando e adaptando os desajustados (MATTAR, 2020). Onde estavam as pessoas colocadas como não participantes do corpo social e que não aparecem na história?

Negros, pobres, periféricos, pessoas com deficiências, pessoas LGBTQIA+, foram empurrados física e simbolicamente do centro onde o Brasil se desenvolvia, mostrando quais eram os seus lugares, ou melhor, os seus não lugares. A atuação da psicologia voltava-se à manutenção dos silenciamentos e violentação dos corpos marginalizados, mantendo uma relação de dominação sobre estes (MATTAR, 2020).

Enquanto temas próprios da realidade brasileira eram censurados pela ditadura, como a exemplo do racismo, pois eram considerados crimes contra a pátria, pela busca de criar tensão em torno de algo que não existia no país, os psicólogos se trancaram em seus consultórios investigando os conteúdos inconscientes. Aqueles e aquelas que não participavam dessa ordem vigente ou que lutavam pelo mínimo de visibilidade, direitos sociais e inclusão, recebiam as práticas higienistas através de aprisionamentos, manicomização, ameaças, torturas, violência e morte (RATTS; RIOS 2010; CARNEIRO, 2011; BENEDITO; FERNANDES, 2020; MATTAR, 2020).

A psicologia desse período histórico reproduzia fortemente as relações coloniais e trabalhava em prol de manter o poder nas mãos de quem sempre o deteve (GOUVEIA; ZANELLO, 2019). Aliadas ao ideal da branquitude, a psicologia se utiliza de teorias, técnicas

e metodologias em torno de uma subjetividade específica, constituindo-se numa formação de e para brancos (MATTAR, 2020; LANZA, 2021). Nos cursos de graduação de psicologia se estuda acerca do desenvolvimento, do processo de saúde e doença de um sujeito universal, sem considerar as singularidades, as diferenças sociais e os marcadores de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, bem como outros (VEIGA, 2019; LANZA, 2021).

A formação da psicologia enquanto ciência e profissão, foi fundamentada por uma episteme colonial, que buscava levar a sua prática aqueles que se enquadravam no modelo cartesiano de racionalidade (MACHADO, 2018). Famílias brancas, burguesas e heterossexuais representam os sujeitos de intervenção em que buscava-se tratar de temas referentes à sexualidade, sonhos, parentalidade, infância, bem como observou e propôs Freud e outros teóricos em meados do século XIX e XX (MATTAR, 2020; LANZA, 2021;).

Buscando assemelhar-se a outros países, é feita uma leitura da psicologia, tanto da Europa quanto da América do Norte, sendo importada e reproduzida no país, sem críticas sociais ou adaptadas a singularidade e a realidade do território brasileiro, resultando numa prática psi sem compromisso social e ainda mais limitada, chegando apenas à minoria dominante da elite e da classe média que podiam pagar pelos serviços psicológicos (MATTAR, 2020).

Homens, brancos, héteros, cisgêneros, sem deficiências, de boa aparência e de classe média, indicavam o padrão de normalidade e os principais perfis apresentados na clínica psicológica (MENEZES; LINS; SAMPAIO 2019; BENEDITO; FERNANDES, 2020; MATTAR, 2020). Os psicólogos desse período encontravam conforto em seus consultórios em zonas de prestígio, sem preocupações políticas e sociais, entendiam suas salas como um isolante daquilo que acontecia mundo afora e seu papel pautava-se num trabalho meramente individual (MATTAR, 2020).

Considerada uma profissão de perfil de mulheres brancas, que estudam teorias de homens brancos, a psicologia ainda mostra a força e o poder da colonização que insiste em violar corpos negros, pois ao desconsiderar a realidade de subjetividades não brancas, deixa-se de abarcar mais da metade da população do país (TAVARES; KURATANI, 2019; VEIGA, 2019). Encontra-se uma carência de pesquisas referentes às populações étnico-raciais, em que não há nem pesquisadores, nem sujeitos de pesquisas, menos ainda práticas, métodos e teorias no campo da psicologia referente a subjetividade negra e o adoecimento psíquico e sofrimento ético-político gerado pelo racismo (TAVARES; KUARATANI, 2019). O pouco que ainda se tem é uma menção ou outra de forma superficial e quase nada em comparação a outras temáticas (DAMASCENO, 2018).

Denunciada pela ausência, inicia-se na década de 70 um movimento na psicologia social protagonizada por psicólogos negros, passa-se a incluir a categoria raça pelo reconhecimento das limitações trazidas pela psicologia tradicional. O movimento criado buscava não somente dialogar sobre as diferenças raciais, mas produzir teorias, projetos, métodos e práticas centradas nas experiências e na realidade da população negra (FEDERICO, 2021; MACHADO, 2018).

No cenário brasileiro, é instituída pelo Ministério da educação (MEC), as Diretrizes Curriculares para a formação dos psicólogos, que estabelece normas que irão definir o que deve compor a matriz de estudo, além de as graduações também terem a autonomia de decidir em torno de alguns embasamentos técnicos e teóricos considerados fundamentais para a formação profissional, essa ação é uma postura política que abre a abertura para pontos invisibilizados na sociedade (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; TAVARES; KURATANI, 2019).

Sendo assim, porque ainda se fala pouco ou quase nada sobre raça e ainda prevalece a ordem eurocêntrica do conhecimento? Kilomba (2019), traz que os muros estabelecidos pelas Instituição de Ensino, não funcionam como isolante daquilo que ocorre na sociedade, pelo contrário é o espaço de reprodução das relações de poder e de violência, logo a neutralidade, que tenta se impor, nada mais é do que a ação de proteger a ordem colonial. A presença do corpo negro nas universidades, relatado pela experiência da própria autora, é vivenciada por sua desqualificação e silenciamento.

Em busca de restabelecer o colonialismo, vozes negras têm sido invalidadas por se apresentarem como “subjetivas”, "emocionais" e “específicas” (KILOMBA, 2019). A branquitude se coloca no lugar de ser a única capaz de pensar na coletividade e falar por todos de forma universal, enquanto grupos subalternos fazem desvio no caminho trazendo o foco somente para elas mesmas, provocando uma ruptura na sociedade (RIBEIRO, 2017). Kilomba (2019) apresenta o binarismo que ocasiona o silenciamento epistemológico:

“Quando elas/eles falam é científico, quando nós falamos é acientífico. universal / específico; objetivo / subjetivo; neutro / pessoal; racional / emocional; imparcial / parcial; elas/eles têm fatos / nós temos opiniões; elas/eles têm conhecimento / nós temos experiências. Essas não são simples categorizações semânticas; elas possuem uma dimensão de poder que mantém posições hierárquicas e preservam a supremacia branca.”. (p.36)

A branquitude e o privilégio obtido por ela leva as Universidades e as pessoas inseridas nesse contexto a não problematizar seus currículos e suas faltas, pois se os corpos presentes são brancos, bem como os autores do conhecimento, não é visto a necessidade em trabalhar em torno da raça pela atribuição à crença social de que raça refere somente aos negros,

enquanto a branquitude se estabelece como um padrão identitário normativo (MENEZES; LINS; SAMPAIO, 2019; TAVARES, 2019). Nesse sentido, abarcar a raça significa também abrir mão do privilégio branco, o que poucos reconhecem e querem perder (BENEDITO, 2020).

A psicologia no Brasil tem como maior campo de atuação a clínica, no entanto, se apresenta como um espaço ainda limitado a certos corpos, por não terem trabalhado no desenvolvimento do manejo clínico das subjetividades negras e o impacto na saúde mental resultante do sofrimento ético-político provocado pelos atravessamentos do racismo (TAVARES; KURATANI, 2019; PEREIRA; PASSOS, 2019). Nesse sentido, a psicologia e a clínica psicológica seguem como um fazer privilegiado no qual se limita a uma parcela mínima da sociedade e atua na manutenção das estruturas opressoras (MACHADO, 2018; LANZA, 2021).

Bertini (2014) pontua que a prática dos psicólogos deve se basear numa ação ética e política e que assume o compromisso de recuperar o poder de ação dos sujeitos e promover condições de superação do sofrimento. Para isso, é necessário olhar voltado para a historicidade que vá além do individual, como também de se implicar numa prática clínica que tome a complexidade de subjetividades negras (PEREIRA; PASSOS, 2019).

Segundo Pereira e Passos (2019), construir possibilidade de vida e saída do sofrimento ético-político e adoecimentos subjetivos, só se dá ao abrir mão do poder e da posição de privilégio. O cuidado em saúde mental requer a implicação de ações e de prática que operem pela justiça e pela reparação histórica. Dessa forma, cabe a implicação do psicólogo de pensar sua práxis clínica e o seu fazer que contraponha manutenção da ordem e abarque o sujeito em sua singularidade e realidade sócio-histórico-cultural.

4. METODOLOGIA

Este estudo consiste numa pesquisa qualitativa do tipo exploratória, utilizando-se para a análise a revisão bibliográfica, cujo processo se fez pelo levantamento das produções, primordialmente, por meio das plataformas SciELO (Scientific Electronic Library online), Pepsic (Periódicos Eletrônicos em Psicologia), BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) e a LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde). Além disso, foram incluídos livros de autores e autoras negros e negras, que traziam discussões sobre a temática.

Foi delimitada as publicações brasileiras entre 1983 a 2023, a data remete ao período em que se inicia as discussões da psicologia, psicanálise e psiquiatria em torno do sofrimento psíquico gerados pelo racismo brasileiro em que expõe o negro ao processo de branqueamento e construção de sua identidade contra o seu eu, tendo marco com a publicação do livro da Neusa Santos Souza em 1983, “Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social”.

Houve dificuldade em localizar produções suficientes nos bancos pesquisados, que estivessem alinhadas com o objetivo da pesquisa, necessitando de uma maior abrangência, evidenciando o racismo epistemológico e a urgência em produzir mais sobre a temática. Os termos chaves utilizados no levantamento para a escolhas das publicações foi direcionada à “Psicologia Clínica e racismo”; a segunda, referente à “Raça, Racismo e relações étnico-raciais,”; e por fim, “Saúde mental da população negra”.

Os resultados encontrados são trazidos pela seguinte tabela:

	Psicologia Clínica e racismo	Raça, Racismo e relações étnico-raciais	Saúde mental da população negra
BDTD	43	1240	1667
Scielo	5	13	1
Lilacs	32	20	26
Pepsic	28	98	19
Total	108	1371	1713

Foi lido os resumos das publicações cujo título e palavras-chaves dialogavam com o objetivo da pesquisa, sendo escolhidos 66 trabalhos. A próxima fase foi a lida de seus resumos, que indicavam a ida ao passo seguinte, a leitura completa e destaque dos pontos importantes para a discussão. Resultou desse processo, a escolha de 8 artigos para a análise, destacando aquilo que mais apareceu de importante e em comum nos estudos, os quais foram agrupados em duas categorias: (1) Racismo e sofrimento ético-político, (2) Os atravessamentos do racismo na clínica psicológica: sofrimento ético-político.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o processo houve dificuldade em localizar materiais suficientes para a produção, apesar do aumento quantitativo de estudos sobre a população negra comparados a outros períodos históricos. Foi observado que uma grande parte dos trabalhos trazem a

temática de forma abrangente e sua maioria são voltadas a área da psicologia social, havendo publicações inexpressivas nos bancos pesquisados no que tange à Clínica Psicológica e os atravessamentos do racismo em relação a outros temas e áreas do conhecimento.

Outro ponto importante é a quantidade de trabalhos publicados recentemente, tendo uma prevalência por volta dos anos (2018-2021). Tal fato, aponta uma abertura ainda mínima e um caminhar lento, que busca problematizar e tomar como referência a realidade da população negra e o sofrimento ético-político gerado pelo racismo. Para a análise da problemática estabelecida foram escolhidos 8 artigos científicos e articulados suas discussões.

Todos esses trazem em seu corpo diálogos e problematização sobre a raça e sua carência na psicologia. Damasceno (2018), Gouveia e Zanello (2019), Damasceno e Zanello (2018), Lanza (2021), Tavares e Kuratani (2019), Nascimento *et al* (2019), Mattar (2020), informam a compreensão de como o racismo criou o Brasil e de como ele se torna um ponto estruturante que dita formas de ser e existir no mundo, demarcando lugares sociais a corpos negros e brancos. Relatam o processo histórico da colonização dos corpos e da criação da raça baseado na relação de poder que busca definir padrões de humanidade, sendo a branquitude a referência da civilização.

Lanza (2021) e Mattar (2020), dialogam mais afundo sobre o racismo à Brasileira e de como se ele se expressa cotidianamente na violação de corpos negros. Para o autor, o país se configura numa combinação de racismo, colonialismo, patriarcalismo, familiarismo, imperialismo, patrimonialismo, buscando resgatar e deixar pulsante a relação colonial do seu início de seu processo formativo, trabalhando na manutenção da ordem vigente que coloca na branquitude detentora do poder e do ideal humanidade.

5.1: RACISMO E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Com relação ao sofrimento ético-político gerado pelo racismo, 7 trabalhos trazem sua menção, mas são discutidos e aprofundados por Damasceno e Zanello (2018), Lanza (2021), Benedito e Fernandes (2020) e Mattar (2020). Lanza (2021) coloca as experiências da violência racial como traumáticas que resultam em dor e desorganização psíquica. Benedito e Fernandes (2020) retrata o não-lugar ocupado pelo negro no Brasil, sendo marcado pela violação e sofrimento psíquico. O negro é atrelado ao imaginário social a correspondência de objetificação e estereótipos que produz aversão ao seu corpo e seus traços negroides.

Para os autores, o negro tem como marca o sofrimento, insegurança, sentimentos de inferioridade, inadequação, insuficiência, indignos de receber e dar amor, e de ter uma vida de

insucesso educacional e profissional. Mattar (2020) complementa na colocação da população negra como silenciada, apartada do corpo social, invisível, em que há uma desqualificação de suas vidas, seus povos, sua cultura, e de seus traços.

Com relação a categoria étnico-racial e psicologia, todos os 8 trabalhos mencionaram a ausência de sua inclusão e 6 deles revelaram uma formação racista atreladas aos ideais da colonização. Damasceno e Zanello (2018), traz uma crítica sobre a formação em psicologia, sendo voltada a uma realidade minoritária da população brasileira em que há falta de referências, metodologias, teorias e técnicas dirigidas às subjetividades negras.

Lanza (2021) comenta que a psicologia se constitui a partir de referências europeia, datadas por volta do Séc. XIX e XX, voltadas a um padrão de pessoas, brancas, heterossexuais, cisgênero e de classe média; que estiveram em seu início em ainda se mantém presente na contemporaneidade, não trazendo abertura para outras leituras que abarque o contexto da América Latina. Nos cursos de psicologia pouco ou nada se tem de diálogos sobre categorias raciais.

Na pesquisa realizada por Damasceno (2018) com 7 psicólogos autodeclarados brancos, mostrou que aqueles que tiveram formação em instituições privadas, não tiveram durante a graduação discussão acerca de gênero, raça e classe. Já aos formados em instituições públicas, tiveram um contato mínimo com gênero e classe, mas não com raça. Para a autora a branquitude é o modelo de ensino, pesquisas e práticas da psicologia.

Em concordância, Damasceno e Zanello (2018) e Lanza (2021), colocam a psicologia como reprodutora das relações coloniais, sendo uma prática de e para pessoas brancas, em que suas práticas não cumprem com seu objetivo de promover saúde mental e não são capazes de acolher e compreender os efeitos gerados pelo racismo. Lanza (2021), sugere um diálogo entre Frantz Fanon e a prática clínica, para o autor, a psicologia se apresenta como um modelo epistemológico europeu que não abarca a realidade da subjetividade negra. É um saber colonizado que não dá conta de trabalhar em torno das questões relacionadas à raça.

Damasceno e Zanello (2018), Gouveia e Zanello (2019), Tavares e Kuratani (2019), Lanza (2021), Mattar (2020) e Santos (2021) revelam a falta na psicologia de manejo clínico da subjetividade negra e do sofrimento psíquico motivado pelo racismo. O pouco que se tem de referências, apontado por Damasceno e Zanello (2018) e Tavares e Kuratani (2019) são da área da psicologia social e quase inexistem para as práticas clínicas. Segundo Mattar (2020), a clínica psicológica começou a ser criticada por volta da década de 60 e 70 em que se passou a se preocupar com as dimensões ético-políticas, mas ainda se manteve sem cor e sem gênero.

O autor fala também sobre racismo, sofrimento psíquico e clínica, utilizando-se da produção de Grada Kilomba, em que fala de uma imposição histórica de silenciamento que ainda persiste em calar vozes negras nos diversos espaços. A leitura ofertada por Damasceno e Zanello (2018), Lanza (2021) e Mattar (2020) provocam os seguintes questionamentos: "a serviços de quem e do que está a clínica psicológica se a psicologia ignora as questões raciais? Quais os limites e potencialidades pode haver no acolhimento de pessoas negras frente ao sofrimento ético-político gerado pelo racismo?"

Gouveia e Zanello (2019) Tavares Kuratani (2019), Nascimento *et al* (2019) realizaram pesquisas qualitativas com pessoas negras buscando investigar experiências de racismo, acolhimento e o manejo desse processo. Gouveia e Zanello (2019) e Tavares Kuratani (2019) fizeram análise relacionadas ao processo de psicoterapia de pessoas negras e psicólogas brancas que trouxeram discussões e resultados similares.

Na pesquisa feita por Gouveia e Zanello (2019) revelou que há uma combinação de fatores que levaram as pessoas do estudo à psicoterapia. A maioria levou como queixa o sofrimento amoroso, por nunca serem escolhidas ou dignas de receber amor, além de serem expostas a maiores condições de abuso, violência e descaso o que Tavares e Kuratani (2019) pontuam que o racismo geralmente não vem como queixa central dos pacientes negros, mas se expressam em suas formas implícitas, devendo o terapeuta estar atento as suas manifestações e desvelá-lo.

5.2: OS ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NA CLÍNICA PSICOLÓGICA: SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Em relação ao processo terapêutico, tanto os resultados apresentados por Gouveia e Zanello (2019) quanto nos de Tavares e Kuratani (2019), foi explicitado por todas as participantes estagnação e sensação de limite, por terem suas experiências de racismo universalizadas, ignoradas ou minimizadas, que as colocavam na condição de revitimização e desqualificação de suas dores. As psicólogas que aparentavam não ter letramento racial, isto é, o entendimento de como o racismo se estrutura e opera na sociedade, passavam a sensação de incompreensão e de não darem conta do conteúdo, o que muitas vezes as faziam evitar tocar no assunto.

Por conta disso, havia uma dificuldade em estabelecer os vínculos com a terapeuta e surgia o desgaste que provocava a interrupção do fluxo do processo. Para elas, a psicoterapia atendia uma pequena parte de suas demandas e inviabiliza a sua continuidade, pois

permanecia o sentimento de não pertencimento, baixa autoestima, inferioridade e inadequação.

Somado a isso, Damasceno (2018) traz a percepção de psicólogos brancos em que enxergam haver um limite na compreensão das experiências de raça em que julgavam ser sua própria condição de branco que os impediam de tratar essa demanda. As saídas encontradas por eles foi a universalização dos corpos, que colocavam brancos e negros numa mesma condição. A atuação dos psicólogos para os pacientes negros mostrava-se reduzida, estigmatizada e patologizante das experiências, mostrando uma clínica despolitizada e desracializada aliadas ao ideal da branquitude.

Damasceno (2018) pontua ainda em sua pesquisa, que os psicólogos evitavam tocar no assunto raça, pois acreditava que deveria ser algo realizado pelo paciente, além de terem medo de ofender ou de se depararem com seus próprios preconceitos. Houve também a colocação da clínica como um lugar neutro e a notória dificuldade das psicólogas de se afirmarem como possuidora de raça, remetendo ao privilegio da branquitude em que só quem possui raça é o negro.

Entretanto, os trabalhos selecionados nesta pesquisa também apresentaram experiência potentes, como é o caso de Nascimento *et al* (2019) que realizaram um grupo de acolhimento com jovens negros com objetivo de promover o acolhimento devido a ocorrências de preconceitos dentro da universidade. A demanda manifestada pelo grupo foi a falta de espaço seguros os quais pudessem usar suas vozes para falar abertamente sobre o sofrimento causado pelo racismo e quando tendiam a expressá-las, tinham suas experiências minimizadas. Foi gerado a tomada de consciência do racismo e a percepção das atribuições social do lugar do negro que não são pertencentes a certos espaços. Além disso, apresentou-se o desconforto do olhar branco sobre seus corpos e a sensação contrária de estar compartilhando suas dores com pessoas negras.

Com relação a psicologia política como forma de acolhimento, 7 artigos trazem sua menção como uma prática numa perspectiva antirracista e anticolonial que busque trabalhar em torno da raça e das especificidades da população negra. Esse ponto é melhor discutido na clínica psicológica por Damasceno (2018), Damasceno e Zanello (2018); Gouveia e Zanello (2019), Tavares e Kuratani (2019) e Nascimento *et al* (2019). Nascimento *et al* (2019) e Mattar (2020) referem a dor provocada pelo racismo como política, devendo a clínica também ser um espaço político, não alheia às questões raciais, mas unida para dismantelar o racismo e validar o sofrimento advindo dele.

Benedito e Fernandes (2020), Nascimento *et al* (2019), dialogam ao mencionarem que a clínica não se reduz somente a uma escuta numa sala isolada entre dois seres, e que a atitude deve ser, em vez de limitar, possibilitar ir além dela e ser atravessada pelo contexto sócio-histórico-cultural. No enquadre clínico, para Santos (2021), há 4 participantes, o psicólogo e seu fundo histórico-cultural e o cliente e seu fundo histórico-cultural.

Nesse sentido, a clínica deve ser ampliada e contextualizada para as realidades inseridas, interseccionada com a raça, classe e gênero, bem como outras categorias, buscando desuniversalizar o olhar para promover a ética do acolhimento que busca reversão a lógica colonial. Nascimento *et al* (2019) mencionam a clínica como aquela capaz de criar fronteiras e possibilidades, e de resgate do potencial humano, ação essa a qual se é possível somente pela postura do terapeuta de aceitação, genuinidade, respeito, cuidado, compromisso, sensibilidade. Para acolher o sofrimento do corpo negro e tornar isso possível, é preciso haver o afastamento da clínica tradicional é trabalhar numa afroperspectiva que abarque a subjetividade negra e reconheça os seus processos de dor.

Com relação ao manejo clínico aos limites e potencialidade do acolhimento e validação do sofrimento provocado pelo racismo, 5 artigos fazem sua menção, mas são discutidas mais a fundo por Tavares e Kuratani (2019), Damasceno (2018), Gouveia e Zanello (2019) e Nascimento *et al* (2019). Em sua atuação, de acordo com Nascimento *et al* (2019), o terapeuta deve ter menos perspectivas europeia e mais afrobrasileira, pois a clínica tradicional não comporta o corpo negro.

Unido ao pensamento de Lanza (2021), esse modelo padrão apenas ignora ou suporta o corpo negro em que se tenta-se tratá-lo apesar de sua cor, como se esse não fosse um problema, exigindo com isso, uma nova atuação clínica que trabalhe numa práxis da libertação. Segundo Nascimento *et al* (2019) é preciso trazer referências, narrativas de vozes negras, além de problematizar os saberes, fazer uma auto análise pessoal. Como provoca Kilomba (2019), mais importante do que perguntar se a própria pessoa é racista, é a busca de como dismantelar o seu racismo.

Na pesquisa realizada por Tavares e Kuratani (2019), as participantes negras trouxeram que os processos terapêuticos em que tiveram sucesso com psicólogas brancas, foram aqueles os quais as psicólogas tiveram a atitude de se questionar e assuntos não debatidos e ignorados sobre raça. Gouveia e Zanello (2019) apresenta também em sua pesquisa que a raça do psicólogo não é determinante do processo, desde que não se aliene as questões raciais. Tavares e Kuratani (2019) e Damasceno (2018), pontuam que o letramento racial é forma de possibilitar a abertura ao acolhimento a pessoa negra e ao seu sofrimento pela violência racial,

pois a falta de percepção crítica da racialidade os condena a se unir aos ideais liberais e legitimar as violências ao corpo negro e contribui para o aumento do sofrimento.

Tavares e Kuratani (2019), mencionam que no início do processo terapêutico o racismo é mascarado, em que nem o terapeuta nem os pacientes negros, costumam estar conscientes de suas manifestações, devendo o terapeuta perceber as sutilezas de como histórias de insucesso educacional e profissional, falta de amorosidade, sentimento de culpa, desesperança, raiva, auto-ódio, depressão e risco de suicídio, podem ser expressões da violência racial.

Para os autores, o psicólogo deve ter sensibilidade e disponibilidade de sustentar e lidar com os sentimentos que podem vir a surgir no processo, como a raiva, ressentimento, culpa, negação, desorganização, desprezo, compreendendo como uma forma de enfrentamento disfuncional ao racismo. Tavares e Kuratani (2019) relatam também as experiências de duas mulheres negras que participaram de sua pesquisa e trouxeram como ferramentas importantes para os seus processos terapêuticos a auto revelação e a vulnerabilidade da psicóloga.

Segundo Benedito e Fernandes (2020), o silenciamento sobre o tema e a falta de debates, não faz com que a ferida pare de doer, mas insista em sangrar cada vez mais. A forma de elaborar essa dor depende da disposição do clínico a sangrar, como traz também em diálogo Lanza (2021), Mattar (2020) e Damasceno e Zanello (2018), é preciso a atitude de abandonar o privilégio da branquitude, questionar as estruturas de poder, posicionar-se politicamente em torno das questões raciais, questionar os lugares que estão dando ao sofrimento do negro na clínica e voltar o trabalho as especificidades do contexto brasileiro.[3] [4] [5]

Tendo isso em vista, a clínica se mostra como um espaço político que exige dos psicólogos uma atuação atrelada ao seu compromisso ético-político, em que se busca lutar contra as estruturas de opressão que atravessam os corpos negros e geram sofrimentos advindo da ordem social. Acolher a negritude na clínica significa ir de encontro a dor e ao sofrimento ético-político advindo do racismo, o qual só se é possível ofertar suporte, cuidado, ressignificação das experiências e de potência de vida, por meio uma práxis clínica que opera pela justiça e reparação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa sociedade, o racismo está presente em todos os níveis, sejam estruturais, institucionais e pessoais, atravessando por assim dizer, todos os corpos e todas as

subjetividades. Nas universidades, a psicologia se apresenta na manutenção da lógica colonial que se une às ações necropolíticas do Estado por não se contrapor à ordem vigente e atender corpos condizentes com os ideais da branquitude. Apesar dos avanços, a pesquisa mostrou que a psicologia muito se tem de lutar para reparar as falhas que ela mesma provocou e provoca em relação às populações etno-raciais.

Há uma carência de compreensão das especificidades da subjetividade negra brasileira, em que a psicologia ainda precisa aprender a não tratá-la de forma universal e nem por meio de estigmas, patologias e reducionismos, mas numa atuação de perspectiva anticolonial e antirracista. A prática clínica tradicional é movida por teorias, métodos e práticas eurocêntricas, que não atendem a realidade da subjetividade negra e a clínica psicóloga se torna espaço de reprodução das relações de poder que insisti em colocar o negro na condição de oprimido.

Essas, tornam-se espaço, que em vez de trazer possibilidades, reduzem-nos em suas próprias condições e os responsabiliza pelo racismo sofrido, em vez de vida, colaboramos com as produções de morte e de aumento do sofrimento ético-político. A presença do corpo negro na clínica aparenta ser suportado até certo ponto por profissionais que não tem letramento racial e evitam tratar o assunto, buscando proteger de se depara com uma certa descoberta, o seu próprio racismo. Essa prática torna-se limitante e não promove saúde mental nem possibilita a ressignificação das experiências de dor e sofrimento provocadas.

Nesse sentido, ainda não se é possível pensar em saúde mental para todos, enquanto há uma psicologia e uma clínica psicológica que não toma o racismo como ponto de referência e não atua numa perspectiva afrocentrada voltada às subjetividades negras. Para a reversão dessa lógica, é preciso que o racismo seja tomado como uma dor de todos, convocar o olhar ético e político dos psicólogos para que questionem sua práxis, sua atuação, seu saber e o seu próprio racismo, é preciso que se posicionem para sangrar e se una a luta anticolonial e antirracista.

A construção deste trabalho foi uma experiência de estar vivenciando de forma constante um misto de sentimentos que aparentavam ser ameaçadores. Como disse Conceição Evaristo (2015), escrever é um risco, é um ato de sangrar e de muito, muito sangrar. Nesse momento de reflexão, encontrei conforto nas palavras de Lorde (2019) em que traz que falar da nossa dor e deixá-la exposta é o nosso ponto de vulnerabilidade, mas também é onde podemos encontrar a nossa força. Nesse processo, me marca o acolhimento de minha orientadora, “falar sobre isso é a parte mais difícil”, mas agora descubro também como a mais potente. É preciso romper com o silenciamento e denunciar as estruturas de poder que

impoem realidades limitantes aos corpos negros, pode ser apavorador, mas também um movimento de libertação. Num país, que tem por objetivo maior exterminar as vidas negras, apesar do que já nos matam, em homenagem a Conceição Evaristo (2015), a gente combina de não morrer.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. (2018). **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte, MG: Letramento

BENEDITO, M. de S. FERNANDES, M. I. A. Psicologia e Racismo: as Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 2020 v. 40, (n.spe) 1-16.

BERTINI, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. **Psicologia & Sociedade**, 26(n. spe. 2), 60-69, 2014.

CARNEIRO, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CARVALHO, F. R. MISSIATO, L. A. F. Raça e classe na clínica psicológica: concepção de estagiários do interior da Amazônia ocidental. **Psicologia & Sociedade**, v. 33. 2021.

DAMASCENO, M. G.. **Onde se esconde o racismo na psicologia clínica? : a experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental**. 2018. 115 f., il. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica e Cultura) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DAMASCENO, M. G. ZANELLO, V. M. L. Saúde Mental e Racismo Contra Negros: Produção Bibliográfica Brasileira dos Últimos Quinze Anos. **Psicologia: Ciência e Profissão** Jul/Set. 2018 v. 38 n°3, 450-464.

DEVULSKY, A. **Colorismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. Rio de Janeiro: Pallas; Fundação Biblioteca Nacional, 2015.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Ed. UFBA, 2008.

FEDERICO, R. M. **Psicologia, raça e racismo: uma reflexão sobre a produção intelectual brasileira**. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

GOUVEIA, M., ZANELLO, V.. Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. **Psicologia em Estudo** [online]. 2019, v. 24.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação. Episódios de racismos cotidianos**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LANZA, H. R. Frantz Fanon e a psicologia: contribuições para a prática clínica. **Estudos, pesquisas e psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 1144-1159, 2021.

LORDE, A. **Irmã Outside**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

MACHADO, Renice Eisfeld. **Escuta Psicológica e Violências de Gênero, Sexualidade e Raça: diálogos entre Psicologia e Pensamento Descolonial**. 2018. Trabalho de Conclusão

de Curso (Curso de Psicologia) - Faculdade de Medicina, Psicologia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

MATTAR, C. M.. Psicologia em tempos sombrios e o despertar da bela adormecida: estudos em subjetividade e clínica. **Arquivo brasileiro de psicologia.**, Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 18-32, 2020.

MEIRELES, J. et al. Psicólogas brancas e relações étnico-raciais: em busca de formação crítica sobre a branquitude. **Pesquisas e Práticas Psicossociais.**, [S. l.], v. 14, n. 3, p. 1–15, 2019.

MENEZES, J. A. LINS, S. S. SAMPAIO, J. V. Provocações pós-coloniais à formação em psicologia. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2019, v. 31

MUNANGA, K. **Negritude usos e sentidos.** ed. 3. São Paulo: Ática, 2015.

MOMBAÇA, J. **O mundo é meu trauma.** PISEAGRAMA, Belo Horizonte, n.11, p. 20-25, nov. 2017.

NASCIMENTO, A. dos S. *et al.* "Pretitude" e o Afroperspectivismo em Psicoterapia: Desafios para a Abordagem Gestáltica. **Estudos pesquisas e psicologia.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. spe, p. 927-946, dez. 2019.

PEREIRA, M. de O.; PASSOS, R. G. **Luta antimanicomial e feminismos: inquietações e resistências.** Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

QUADROS, L. C. de T. Desafios da prática clínica na formação de psicólogos: revendo fronteiras e criando possibilidades. **Revista IGT na Rede**, v. 9, nº 17, 2012, p. 187 – 199.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Buenos Aires: LACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RATTS, A.; RIOS, F. **Lélia Gonzalez. Retratos de um Brasil negro.** São Paulo: Selo negro, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017

SANTOS, H. P. dos. Raça, racismo e clínica fenomenológico-existencial: elementos para a decolonização da atenção clínica. **Rev. Nufen: Phenom. Interd.** | Belém, 13(3), 75-89, set.–dez., 2021.

SAWAIA, B. B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: uma análise ético-psicossocial da desigualdade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira.** São Paulo: Claro enigma, 2013.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983

TAVARES, J. S. C.; KUATANI, S. M. de A. Manejo Clínico das Repercussões do Racismo entre Mulheres que se “Tornaram Negras”. **Psicologia: Ciência e Profissão** 2019 v. 39, e184764, 1-13.

VEIGA, L, M. Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 31, n, esp., p, 244-248, set. 2019.